

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E DE GÊNERO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA: por uma educação antirracista para as juventudes.

Anne Pinheiro Almeida¹

Amanda de Oliveira Mendes²

Francisca Lúcia de Jesus Bernardino³

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica com o projeto de pesquisa submetido através do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro-Brasileiridades, Gênero e Família (NUAFRO/UECE), que é um Núcleo de Estudo Afro-brasileiro (Neab) o qual tem como missão o estudo da questão étnico-racial e das suas intersecções com as relações de classe social, família, gênero, geração, diversidade sexual, cultura, movimentos sociais, direitos humanos, políticas públicas e políticas de ação afirmativa. Através disso, a referida pesquisa propôs a atuação na Escola de Ensino Médio e Integral Dragão do Mar como campo de pesquisa, buscando compreender o segmento das juventudes e dos educadores no âmbito das escolas públicas e sobre a abordagem das temáticas de gênero e da educação antirracista.

Palavras-chave :Relações étnico-raciais. Gênero. Educação antirracista.

ABSTRACT

The present work is the result of a scientific initiation research with the research project submitted through the Laboratory of Studies and Research in Afro-Brasileiridades, Gênero e Família (NUAFRO/UECE), which is an Afro-Brazilian Study Nucleus (Neab) whose mission is to study the ethnic-racial issue and its intersections with social class relations, family, gender, generation, sexual diversity, culture, social movements, human rights, public policies and affirmative action policies. Through this, the aforementioned research proposed acting at the Escola de Ensino Médio e Integral Dragão do Mar as a research field, seeking to understand the segment of youths and educators within the scope of public schools and on the approach to gender issues and anti-racist education.

Keywords: Ethnic-racial relations. Gender. Anti-racist education.

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará - UECE. Pesquisadora e bolsista de Iniciação Científica do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família - NUA Afro/UECE. E-mail: lcleane.pinheiro@aluno.uece.br.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará - UECE. Pesquisadora e bolsista de Iniciação Científica do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família - NUA Afro/UECE. E-mail: Oliveira.mendes@aluno.uece.br.

³ Universidade Estadual do Ceará (UECE) Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS); Especialista em Sexualidade Humana (CEPPS/SP); Especialista em Neuroeducação (Unichristus/CE); Licenciada em Teatro (IFCE); Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família - NUA Afro/UECE. E-mail: francisca.bernardino@aluno.uece.br.

PROMOÇÃO



1. INTRODUÇÃO

O trabalho objetiva compreender as significações dos/as jovens e dos/as educadores/as sobre as temáticas étnico-raciais e gênero no ensino médio do Estado do Ceará. A investigação se deu ao acompanhamento da disciplina Eletiva Literatura Preta, ministrada pela Professora Francisca Lúcia de Jesus Bernardino, mais conhecida como Fran Bernardino, que é discente do Mestrado MASS/UECE, o que contribuiu muito para o acesso à escola como campo de pesquisa.

A pesquisa é de natureza qualitativa, por meio de investigações e observações no campo com os sujeitos pesquisados. Buscando as compreensões e ponto de vista sobre a temática da pesquisa, na qual as observações nos proporcionam a coletar os dados específicos e tornando mais leve a forma de como averiguar os fatos, de uma forma mais sensível, realizada através da escuta.

Através disso, a referida pesquisa propôs a atuação junto ao segmento das juventudes no âmbito das escolas públicas em Fortaleza/CE. As investigações foram iniciadas por meio do trabalho realizado em conjunto com os/as alunos/as e educadores/as da rede pública estadual do Estado do Ceará, na Escola de Ensino Médio e Integral Dragão do Mar⁴, localizada no bairro Mucuripe. Vale salientar que a escola foi fundada no ano de 1955 para que os filhos/as dos pescadores pudessem acessar a educação. No ano de 1975 foi ratificada como Escola de 1º Grau pelo Governo do Estado do Ceará e em 2017, a escola tornou-se de Ensino Médio Integral, oferecendo uma educação de qualidade para a comunidade e com o compromisso de formar potencialidades e cidadãos críticos.

Diante de uma realidade na qual mesmo com recentes avanços da tentativa de uma educação inclusiva e emancipadora, na qual houveram anos de luta e resistência contra discriminações nas escolas, principalmente as da rede pública,

⁴ Localizada no Bairro Mucuripe, a Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Dragão do Mar é uma instituição pública da rede Estadual do Ceará, fundada no ano de 1955, com o intuito de atender os filhos dos pescadores da região. A escola foi nomeada em homenagem ao pescador Francisco José Nascimento, mais conhecido como Chico da Matilde, que atuou ativamente no movimento abolicionista no Ceará, que foi o primeiro estado a libertar os escravizados em 1884.

essa pesquisa buscou investigar os efeitos do silenciamento e desprezo nas escolas do debate crítico e propositivo de temas como questão racial, gênero e sexualidades. Parte da perspectiva acadêmica de que a adoção de estratégias metodológicas capazes de trazer tais questões ao debate público suas demandas, saberes e culturas, fortalece as organizações sociopolíticas e reconhece a riqueza da diversidade nas escolas.

Entretanto, também são notórios os protagonismos que a juventude vem construindo em ocupações nas escolas, na luta por um ensino público de qualidade. Por isso, a realidade deste público é um campo complexo e que demanda estudos, pesquisas e intervenções que possam reverter o cenário de discriminação e de limitadas oportunidades na realidade cearense e brasileira, com a preponderância do racismo e do machismo, sexismo nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais e nas instituições como a escola.

2. GÊNERO E EDUCAÇÃO

Assim como a raça, o gênero se tornou uma pauta política e cultural, ambos os conceitos derivam de uma taxonomia advinda da biologia, que sistematizam seres vivos e plantas, onde são classificados de acordo com suas semelhanças e sexo. No campo social, o gênero se tornou necessário para corresponder as divergências entranhadas nas relações sociais, relações estas de poder entre seres do sexo masculino e feminino, onde há uma imposição de papéis dos quais devem ser realizados devido ao sexo biológico (COSTA et al, 2006).

O gênero é uma construção social que define como seres do sexo masculino e feminino cumprem determinados papéis na sociedade, levantando fatores que se tornaram questionamentos e objetos de estudos, como a dominação de homens sobre mulheres, a opressão, a desigualdade, o heteropatriarcado, e dentre outras circunstâncias, ao decorrer da história surgiu o movimento feminista que luta para que as opressões e desigualdades de gênero sejam cessadas (Idem, 2006).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessas leis ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto a formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.”
(BUTLER, 2003, p. 26)

Para compreender gênero, é necessário saber diferenciar sexualidade de sexo, que são ligados, mas não determinantes. O gênero corresponde ao papel social construído para homens e mulheres, ou seja, o masculino e o feminino, existindo características que agregam para a construção de cada gênero, um exemplo é o homem ser símbolo de força, inteligência, o respeitoso e líder, já a mulher, posta na esfera dos afazeres, da reprodução e do cuidado, sendo determinada como um ser frágil e incapaz de exercer as mesmas tarefas, exemplos assim que determinaram a criação do gênero, culturalmente construído. Dentre as relações de gênero, há uma superioridade que se torna opressora, o homem obtém o lugar de superioridade sobre a mulher, ocasionando repressões e desigualdades de gênero na sociedade.

Sobre a sexualidade, entramos no campo da atração afetiva e sexual, onde homens e mulheres podem ter atração pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo, ou por ambos os sexos (héteros, homossexuais e bissexuais), se expressando de acordo ou não com o sexo biológico, ou seja, é construída uma identidade de gênero (cis ou transexual), conforme a orientação sexual de cada indivíduo (COSTA et al, 2006).

Já o gênero avança para além de sexo, alcança um conjunto de fatores sociais e culturais. É a partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais que a sociedade cria ideias sobre o que é um homem e o que é uma mulher, o que é masculino e o que é feminino, ou seja, as chamadas representações de gênero. Estabelecendo também as ideias de como deve ser a relação entre os sexos: entre homem/mulher, entre as mulheres, entre os homens. Ou seja, criam-se as relações de gênero. (GONÇALVES, et al, 2006, p. 37)

Os assuntos recorrentes da sociedade são pautados com mais frequência em sala de aula, tornando mais do que necessário para a formação como cidadãos e enquanto futuros profissionais. No entanto, é necessário além de manter essas abordagens, qualificar os profissionais das áreas atuantes enquanto corpo docente,

PROMOÇÃO



APOIO



para que a relação professor-aluno não seja superficial ou desrespeitosa ou entendida de forma errônea.

O espaço escolar é um meio de distinção onde operam os marcadores que classificam, enquadram, excluem e hierarquizam. As representações que constituem o ambiente de ensino estabelecem sentidos que serão interpretados pelos sujeitos (LOURO, 1997, p. 57-58). Compreendendo o gênero como componente da identidade dos indivíduos, portanto, atravessados pelos arranjos sociais, considera-se que está apto à transformação. Através das práticas cotidianas de aprendizagem que são acatadas como fatores naturais se moldam as identidades (Idem, p. 27 e 63), edificando modos de compreensão acerca do que confere as concepções das esferas masculinas e femininas.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1996, p.168 apud LOURO, 1997, p. 85), o currículo exerce relações de poder e evidencia as divisões sociais de gênero, raça e classe. A cisão entre conhecimentos que serão validados como saberes legítimos, universaliza e dá destaque a grupos sociais dominantes, em contrapartida, excluem outros. Além da dimensão teórica, são por meio de

Reconhece-se que a instituição de ensino interfere na construção da identidade dos sujeitos que a integram, assimilando e segregando seus pertencimentos étnicos, raciais, de gênero e de classe. Visualiza-se que as práticas pedagógicas desiguais dispõem da manutenção de uma sociedade hierarquizada. Porém, se concebemos que a prática pedagógica é resultado histórico e político, examinamos que sua estrutura é passível de modificação e de rupturas que possibilitam a interrupção do desenvolvimento dessas desigualdades (IBIDEM, p. 85-86).

Segundo a autora Camilla de Magalhães Gomes (2018, p.71), para realizar uma análise do contexto brasileiro e latino-americano usando o gênero enquanto categoria, é indispensável pensar nas categorias raça e classe como componentes que partem dos mesmos pressupostos de colonialidade.

As discursões adotadas e expostas em sala de aula foram conquista de diversos movimentos sociais, dentre eles o Movimento Negro e o Movimento Feminista, que conforme a sociedade vai se modificando, os indivíduos que estão em construção devem transmutar também (TILLY, 1994; GOMES, 2019). O

Movimento Negro conseguiu com que a Lei nº 10.639⁵, entrasse em vigor no ano de 2003, sendo obrigatório o ensino da cultura negra nas escolas públicas e privadas, e assim desenvolver o trabalho sobre raça e racismo, no quesito social e político (GOMES, 2010). As temáticas Gênero e Sexualidade foram aderência gradual no decorrer do século XX, no entanto, apenas na década de 1990, foi construído o documento *Parâmetros Curriculares Nacionais* como solução para os problemas educacionais (CESÁR, 2009).

“Os PCNs foram concebidos como resposta e solução para grande parte dos problemas educacionais no Brasil, bem como resposta à inserção na Constituição de 1988 de temas oriundos dos movimentos sociais, tais como as questões étnico-raciais, o meio-ambiente, a educação sexual e as questões de gênero[...]” (CESÁR, 2009. p. 42)

Com base nas informações citadas, percebemos que são conquistas em longo prazo e com uma insistência árdua, acreditando que o ambiente escolar é um ambiente de formação, e o aprendizado tem e deve ser qualificado. Entretanto, obter o conhecimento de tais temáticas na formação é assumir uma responsabilidade e crença para a construção de um futuro melhor.

3. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO CEARÁ

No campo da educação, Nilma Lino Gomes (2012) assegura a participação dos

[...] movimentos sociais, e, com destaque, os de caráter identitário (mulheres, negros, indígena, LGBT, quilombolas, povos do campo), há muito vêm tentando responder a essas questões e têm reivindicado da escola e do campo da formação de professores um posicionamento, reflexões teóricas e práticas pedagógicas que também respondam a essas demandas sociais e políticas. (p. 105)

Adentrando para a concretização da educação antirracista diante do exposto, notifica-se a adesão do debate racial e a cultura afrodescendente e diaspórica dentro das escolas. Resultado este dos movimentos sociais que eclodiram nas

⁵ A Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. (GOMES, 2010. p. 19)

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



últimas décadas do século XX, destacando o Movimento Negro que se articulou (e ainda se articula) para que a população negra seja inclusa na educação.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (GOMES, 2017, p. 21)

Portanto, se fez necessário a criação de

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 3)

Em virtude ao tensionamento do Movimento Negro, ações foram construídas e aprovadas a nível federal como formas de políticas sociais e específicas intencionando o combate às desigualdades sociais e a discriminação racial no Brasil. Jaccoud (2002) sistematiza as políticas em três níveis: política repressivas, políticas afirmativas e políticas valorativas, tendo esta última como foco deste tópico, a autora afirma

As ações valorativas, por sua vez, são aqui entendidas como aquelas que têm por meta combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo. Tais ações têm como objetivo reconhecer e valorizar a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e valorizar a comunidade afro-brasileira, destacando tanto seu papel histórico como sua contribuição contemporânea à construção nacional. Nesse sentido, as políticas e as ações valorativas possuem caráter permanente e não focalizado. Seu objetivo é atingir não somente a população racialmente discriminada – contribuindo para que ela possa reconhecer-se na história e na nação –, mas toda a população, permitindo-lhe identificar-se em sua diversidade étnica e cultural. (p. 56)

Como ação da política valorativa, foi aprovada a Lei 10.639/03 que estabelece o ensino da História da África e da cultura Afrobrasileira nos sistemas de

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ensino do território nacional, posteriormente a Lei 11.645/08 introduzindo a cultura indígena na educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017). Leis que servem como instrumento para a desconstrução do preconceito e discriminação com a população negra e indígena no Brasil, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e cultura Afrobrasileira e Africana, foi resultado do exercício para a construção de uma educação brasileira antirracista.

Durante a implementação da Lei há suas conquistas e desafios, uma vez que

[...] podemos afirmar ainda que a implementação dessa lei muitas vezes, vem sendo de responsabilidade dos(as) professores(as) que contam apenas com seus esforços pessoais a tornarem viva. Mesmo sendo uma reivindicação histórica, a lei encontra resistências, tais como: a falta de metas governamentais para sua implementação nas escolas, falta de qualificação profissional, reformulação nas grades de graduações de licenciaturas, enfim, falta... (SILVA, 2009, p. 216)

Acerca do debate racial,

[...] não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todas(as) os(as) brasileiros(as), uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (SILVA, 2009, p. 214)

A implementação da Lei, fortaleceu o reconhecimento da necessidade de universalizar o debate racial nos espaços educacionais, fomentando articulações entre educadores, sociedade e governo, motivando assim encontros científicos, ciclos de palestras, seminários, fóruns, dentre outros eventos.

No Ceará,

Como forma de fiscalizar a aplicação da lei 10.639/03, o Estado do Ceará, atendendo à orientação do Ministério da Educação, articulou, no ano de 2008, vários encontros para a formação e construção do Fórum estadual de educação e diversidade étnico-racial, o qual é constituído por quarenta (40) instituições governamentais e não governamentais. O Fórum teria a função de fiscalizar e encontrar caminhos para a execução da lei. (SILVA, 2009, p. 228)

Resultante da implementação,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporcionam diariamente, também as contribuições histórico-culturais africanas, indígenas e dos descendentes de asiáticos, além da raiz europeia. (SILVA, 2009, p. 215)

Educadores e estudantes trazem cada vez mais para o campo educacional, a conduta de um compromisso político, ao tratar de assuntos da atualidade, fortalece ambos os grupos a conscientização.

“As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento.” (GOMES, 2012. p. 102)

A escola Dragão do Mar tem como objetivo em seu Projeto Político Pedagógico (2017), “Dar condições a reeducação das relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos e contestações, valorizando as diferenças.” (p. 18), dando combustível para que os docentes possam trabalhar debater com os discentes, trazendo as pautas políticas e culturais para dentro das aulas, realizar apresentações artísticas incluindo a temática racial e de gênero, desenvolvendo textos a partir do entendimento dos alunos, como nas aulas de redação, na mesma proporção que há esse envolvimento, há também os desafios para intensificar os diálogos com alunos/as.

A educação antirracista não se consolida apenas em abordar a cultura negra e indígena, mas complementando com adesão da diversidade cultural de vários povos, raças e etnias (GOMES, 2017). À vista disso,

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnicoraciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípuo de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público.” (SILVA, 2007. p. 490)

Formar seres críticos é dever da educação escolar, mesmo havendo suas limitações e barreiras diante a formação, capacitação, incentivos e a falta de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



diversos investimentos (SILVA, 2009), embora seja ofertado pelo órgão público, o alcance não é contemplado para todos educadores/as, apontando a qualificação como opcional, que por vezes a falta de qualificação pode prejudicar atribuições futuras.

No Estado do Ceará, embora a lei fora implementada e é exercida mesmo que minimamente para construir a formação da população jovem visando uma consciência racial dentro do ambiente escolar, identificamos apenas 9 professores negros (dos interlocutores participantes da pesquisa), que se autodeclararam preto ou pardo. Schuccman (2022) afirma que,

[...] apesar da leitura racial da sociedade brasileira classificar este sujeito dentro de uma destas três categorias (dependendo do fenótipo que este sujeito nascer), para o IBGE, este sujeito pode ser classificado dentro da categoria parda, já que a definição do referido Instituto remete à origem. Portanto, a forma pela qual o IBGE define pardo é diferente da forma como o Movimento Negro e a sociedade em geral o definem, pelo fenótipo. Logo, segundo os critérios do IBGE, o pardo fenotipicamente negro e o branco de origem multirracial podem se classificar como pardos. Contudo, socialmente um é lido por suas marcas corporais como negro e outro como branco. Desta forma, queremos ressaltar que, além do pardo que pertence ao grupo racial negro (seja ele escuro ou claro), há também um branco de origem multirracial que, pela definição do IBGE, pode se definir como pardo. (p. 469)

A autodeclaração deve vir amparada de uma conscientização social e racial, visando que o racismo no Brasil é de marca, onde a cor chega primeiro e a leitura do pardo, por vezes passa despercebido. Por conseguinte, é notório que o debate racial se torna presente no cotidiano escolar, para uma educação emancipadora a temática não basta apenas ser compreendida, e sim exercida.

Diante as representações no campo educacional, é possível referenciar vários educadores negros e negras, das diversas esferas do campo educacional, seja na educação básica ou no ensino superior, ou dentre projetos de extensão, destaca-se os professores/as, ativistas e referências na capital cearense, Zelma Madeira, Hilário Ferreira, Jô Gentil, Vera Rodrigues, Sandra Petit, Fran Bernardino, dentre tantas/os educadores que validam a construção de uma educação antirracista e nos movimentam em forma de rede. Portanto, aposta-se no futuro que

PROMOÇÃO



APOIO



através da educação podemos modificar e ressignificar valores e ações, na construção e solidificação de uma sociedade com justiça social, traçando alianças para expandir da luta antirracista, como no dizer de Angela Davis (2018) “Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

4. CONCLUSÃO

Ao concluir a pesquisa, nota-se que a educação antirracista está vigorando no cotidiano da educação pública e estadual no Ceará, mesmo com algumas barreiras diante a temática é possível verificar alguns avanços. Durante a pesquisa com os/as estudantes e os/as educadores/as foi possível identificar um desconforto diante das abordagens destes temas mais que atraem opositores e defensores pela sua complexidade e histórico de silenciamentos como questão racial, relações de gênero e educação inclusiva e antidiscriminatória.

Essas implicações tendem a serem desmistificadas com a produção do conhecimento, diálogos fortalecedores da pertença étnico-racial, cada vez mais a abordagem racial e de gênero vem sendo pautada, para que a sociedade brasileira e cearense possa construir um futuro dissociado das violências para/com os grupos oprimidos. A escuta qualificada torna o ser mais sensível para enxergar as nuances de uma sociedade opressora.

Deve-se os avanços no planejamento, criação e implementação de políticas públicas e sociais, aos movimentos sociais, destacando dois destes, o Movimento Negro e o das Mulheres Negras, pela sabedoria ancestral de articulação e resistência dentro de uma sociedade e um país onde a discriminação racial é pulsante. Os mesmos buscam cotidianamente avanços para que a geração atual e futura possa caminhar no mesmo viés de inclusão e sociabilidade.

A juventude negra é umas das mais afetadas por marcadores sociais, como violências, evasão escolar, trabalho informal, juvenicídio, necropolítica, etc, sofrendo as ambiguidades que a sociedade brasileira insiste em reproduzir no imaginário social a inferioridade do corpo negro. Há tempos os movimentos negros buscam

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



visibilizar seus projetos defronte dificuldades e desigualdades sociais, econômicas e culturais, no combate ao racismo e suas discriminações.

Para que os marcadores sociais sejam minimamente desconstruídos, afirmo minimamente pelo fato dos processos e aprovações de leis e projetos perpassam por burocracias, sendo tensionadas por ativistas negros e antirracistas. Avistando a construção de políticas, os avanços que a população negra é contemplada é fruto do ativismo social, seja ele político, ativista ou acadêmico, um complementa o outro.

As políticas exercem papel fundamental na garantia de direitos, e a política de ação valorativa (JACCOUD, 2022) é um dos ganhos para a população negra geracional, pois a Lei 10.639/03 e 11.645/08 possibilitou que o ensino da história de afro-brasileiros, indígenas e africanos se tornasse obrigatório na base curricular do ensino brasileiro. Esta ação, aplicada de forma regular, forma seres conscientes e desconstruídos, para as futuras gerações, gerando debates, reconhecimento, pertencimento e fortalecimento entre jovens negros e negras.

Para que o ensino seja efetivado, educadores/as de modo geral necessitam buscar essa didática interdisciplinar, no que consiste em ensinar nega-se apenas a exposição de um viés social, tratar de raça é também abordar gênero, classe, geração, território, corporeidade, etc, é exercer a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) dentro da educação. Há um desconforto notável por parte dos educadores que participaram do primeiro momento da pesquisa, ao retratar a raça e suas violências que são reproduzidas no cotidiano mesmo inconscientemente, observa-se o receio de ser apontado como racista, optando assim se confortar no observar e no não debater.

Atitudes estas, carregam tradições morais que na reprodução de um ato racista ou homofóbico, é julgado pelo viés pessoal, visto como brincadeira, como afirma Silvio de Almeida (2019), ao sistematizar o racismo individualista, que compõe uma estrutura enraizada na sociedade brasileira diante do seu passado colonizador. Por esse e outros tantos motivos prezasse para que a educação seja universal, emancipadora e antirracista.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Davis (2018) assim como Lélia Gonzalez (2020) afirmam que ao tratar de antirracismo não significa pautar apenas o debate racial, mas tudo o que atravessa o corpo negro, a ancestralidade, a sexualidade, a religião, dentre tantas outras significações e marcadores. Apostando no afrofuturismo, carregando a interseccionalidade consigo e expandindo representatividades, que se expandem através dos avanços e tensionamentos políticos. Para assim tornar uma luta conjunta, construindo uma sociedade igualitária, com justiça e equidade social e racial.

Portanto, é dever do campo educacional fornecer debates sociais, raciais, econômico, políticos, para tornar rotina o pensamento crítico, tecendo assim estratégias para que jovens negros e negras adentrem cada vez mais em espaços que antes nos era vetado. Alcançando parte da população e mudando realidades, mesmo diante de um tensionamento político que oprime e minimiza os grupos identitários, assim, buscamos e traçamos estratégias diante a opressão, esperando o futuro para os nossos. Sigamos na luta!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo. Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva. **BRANQUITUDE – O LADO OCULTO DO DISCURSO SOBRE O NEGRO** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (p.147- 162).

COSTA, Antonia Francina Silva da et al. **As relações étnico-racial e de gênero nos processos educacionais**. In: Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. (Coleção grandes Temas do conexões de Saberes).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2017.

GOMES, Camilla de Magalhães. **Gênero como categoria de análise decolonial**. Dôssie: Gênero e sexualidade. Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28209>>. Acesso: 20 jul. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/03: breves reflexões**. In: Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres / [organização Ana Paula Brandão]. - Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. In: Currículo sem Fronteiras. V. 12, n. 1, P. 98-109. Jan/Abril 2012.

GONÇALVES, Bruno silva et al. **Gênero como configuração da desigualdade – o gênero desvelado**. In: Desigualdade e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. (Coleção grandes Temas do conexões de Saberes).

GONZALES, Lélia. **Racismo sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-244.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan. 2003.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. (Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica - n.41).

JACCOUD, Luciana de Barros. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Editora Vozes. Petrópolis. 2001.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo e COSTA, Renata Gomes. **AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 EM FORTALEZA/ CEARÁ**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, Maranhão, vol. 16, núm. 2, jul.-dez., 2012. (p. 329-339).

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane D. de O. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo**. *Serv. Soc. Soc.* 2018, n.133, p.463-479. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>>. Acesso: 17 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Núbia R. **Feminismo Negro Brasileiro: Igualdade, Diferença e Representação**. In: Estudos de Gênero e Raça. 31º Encontro da Anpocs. 2007. Caxambu/ MG.

MUNANGA. Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Estudos Avançados. 2003.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas. Estudos e Pesquisas em Psicologia 2022, Vol. 02. doi:10.12957/epp.2022.68631. ISSN 1808-4281 (online version)

SILVA, João Aldenir Vieira da. **A LEI 10.639/03 – Desafios para uma educação anti-racista**. In: **Negros no Ceará: história, memória e etnicidade**. Cristina Rodrigues Holanda [organizadora]. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult/Imopec, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil**. In: Educação, vol. XXX, núm. 63, setembro-dezembro, 2007. p. 489-506. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social**. Cadernos Pagu (3), 1994. P. (29-62).

PROMOÇÃO



APOIO

